



INVESTIGAÇÃO

Deputados do PL suspeitos de desvios

PF cumpre mandados de busca e apreensão contra Carlos Jordy e o líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante — na casa dele, agentes encontram R\$ 430 mil. Ministro Flávio Dino, do STF, autoriza quebra de sigilo bancário dos parlamentares

» IAGO MAC CORD
» DANANDRA ROCHA
» ALÍCIA BERNARDES

Os deputados federais Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara, e Carlos Jordy (PL-RJ) foram alvos de mandados de busca e apreensão em investigação da Polícia Federal sobre desvios de recursos de cota parlamentar. A ação foi autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou, também, a quebra de sigilo bancário dos deputados. Na residência funcional de Sóstenes Cavalcante, em Brasília, agentes encontraram R\$ 430 mil em espécie. Os congressistas negam qualquer irregularidade.

A ação da PF encerra uma semana marcada por reveses para o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na quinta-feira, a Câmara cassou os mandatos dos deputados Alexandre Ramagem (RJ), fugitivo da Justiça, condenado na trama golpista; e Eduardo Bolsonaro (SP), que foi para os Estados Unidos trabalhar contra o Brasil e perdeu o cargo por excesso de faltas.

A Operação Galho Fraco, de ontem, apura o uso de empresas de fachada para o desvio de verbas da cota parlamentar mediante a contratação de serviços fictícios ou irregulares de locação de automóveis.

De acordo com a PF e a Procuradoria-Geral da República (PGR), os assessores Itamar de Souza Santana (ligado a Jordy) e Adailton Oliveira (ligado ao PL e a Sóstenes) seriam operadores do esquema. As investigações indicam que a empresa Harue Locação de Veículos recebeu, entre janeiro de 2020 e abril de 2024, R\$ 214 mil de Jordy e R\$ 192,4 mil de Sóstenes. Além dos assessores, são investigadas mais cinco pessoas ligadas aos deputados.

Diligências constataram que a empresa não funciona no endereço declarado e possui apenas cinco veículos, enquanto locadoras da região possuem frotas superiores a 20 automóveis. Além disso, mensagens de WhatsApp obtidas pelos agentes revelaram a cobrança de valores “por fora”.

As suspeitas são de crimes de peculato, lavagem de dinheiro — incluindo a técnica de “smurfing”, em que os criminosos fazem saques e depósitos de maneira fracionada para despistar a fiscalização — e organização

Lula Marques/ Agência Brasil



Semana passada, foi feito um negócio da venda do meu imóvel. O comprador quis me pagar em dinheiro. Quando eu vi que estava etiquetado, não vi nada ilícito. Eu acabei não fazendo o depósito, mas faria. Foi um lapso”

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deputado federal

Divulgação/PF



Na residência de Sóstenes em Brasília, foram encontrados R\$ 430 mil

criminosa. Segundo a PF, houve o fracionamento de depósitos e saques em valores de até R\$ 9.999,00 para burlar o controle das autoridades financeiras.

“O pedido da Polícia Federal,

amparado em relatórios de inteligência financeira e nas diversas conversas extraídas de celulares dos investigados, revela a existência de indícios robustos, bem como demonstra a imprescindibilidade

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



É a empresa que eu alugo carros desde o meu primeiro mandato. Eles dizem que chama a atenção o número de veículos da empresa (cinco). Por isso, seria de fachada. Eu sei o que eles estão fazendo. Isso aqui é mais do que querer nos intimidar”

Carlos Jordy (PL-RJ), deputado federal

das medidas requeridas para a continuidade da investigação”, justificou Dino, na decisão. No documento, o ministro do STF detalha movimentos vultosos pelos investigados, frequentemente incompatíveis com seus rendimentos declarados e com origens ou destinos não identificados. O magistrado ainda autorizou o compartilhamento dos dados com a Receita Federal, para eventual abertura de procedimentos fiscais.

A ação marca novo estágio de um inquérito iniciado há um ano, quando assessores ligados a Sóstenes e Jordy foram alvo de buscas na Operação Rent a Car. À época, os parlamentares não foram incluídos nas diligências.

Defesas

Em coletiva de imprensa, Sóstenes Cavalcante negou envolvimento com irregularidades e disse não

ter “nada a temer”. Ele sustentou que o dinheiro encontrado pela PF tem origem lícita, fruto da venda de um imóvel.

O parlamentar declarou que seus advogados e contadores apresentarão a documentação necessária para comprovar a origem dos recursos. “Eu não tenho nada a temer e, por isso, estou aqui, de cabeça erguida, para dar explicações aos meus eleitores, ao povo brasileiro e às instâncias judiciais”, discursou.

O parlamentar enfatizou que é alvo de perseguição política por integrar a oposição ao governo federal. “Essa é mais uma investigação para perseguir quem é da oposição, quem é conservador, quem é de direita”, argumentou.

Jordy, por sua vez, divulgou nota e postou vídeo nas redes sociais. Assim como Sóstenes, ele se disse vítima de perseguição política. Segundo o deputado, as buscas são um desdobramento indevido da

Saiba mais

A cota parlamentar

» A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), em vigor desde 2009, unificou a verba indenizatória, a cota de passagens aéreas e a cota postal-telefônica. De acordo com a Câmara, o valor mensal do benefício deve ser utilizado pelos parlamentares para custear despesas do mandato, como aluguel de escritório, passagens aéreas, alimentação, aluguel de carro e combustível.

» No caso da locação ou fretamento de veículos, há um limite não acumulável de R\$ 12.713 por mês. O benefício também pode ser usado para pagar a divulgação da atividade parlamentar, exceto nos 120 dias anteriores às eleições, caso o deputado seja candidato.

» O saldo não usado em um mês pode ser aproveitado nos meses seguintes dentro do mesmo exercício financeiro, mas não pode ser transferido para o ano seguinte.

Câmara não protege condutas irregulares, diz Motta

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que a busca e apreensão realizada pela Polícia Federal (PF) na casa dos deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) não altera a postura institucional da Casa, que, segundo ele, não atua para proteger irregularidades e respeita o papel do Poder Judiciário na apuração de eventuais suspeitas envolvendo parlamentares. A declaração foi dada durante um café da manhã com a imprensa, na Residência Oficial, em Brasília.

“Eu recebi uma ligação do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, como sempre acontece quando há alguma diligência relacionada a deputados. E me foi

informado que se trata de uma investigação sobre questões de gabinete, mas eu não conheço a fundo os detalhes”, ressaltou.

O parlamentar afirmou que não cabe à Mesa Diretora fazer qualquer tipo de avaliação antecipada sobre investigações em andamento. “Eu não faço prejuízo antecipado sobre nenhuma questão. O Supremo está no papel de investigar, assim como o Ministério Público e a Polícia Federal, que são órgãos auxiliares do Judiciário”, disse.

O presidente da Câmara reforçou que a apuração de suspeitas deve seguir o curso regular das instituições competentes. “Se há suspeita, que se investigue. Se há culpa, que se puna. Esse é o papel do Poder Judiciário e dos órgãos de

controle”, afirmou. Segundo ele, a Casa não tem como função proteger condutas irregulares.

Ele garantiu que a relação com o Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido pautada pelo respeito e pelo diálogo. “Nós respeitamos o papel do Supremo. O Supremo tem um papel importante no nosso país, inclusive nas questões que envolvem investigações de parlamentares”, frisou. No entanto, ressaltou que é necessário estabelecer limites institucionais para evitar excessos. “É preciso estabelecer uma linha. Quando há exageros, seja do Supremo, seja do Poder Legislativo ou de qualquer outro Poder, isso é ruim para o país”, disse.

De acordo com Motta, a Câmara acompanha os desdobramentos

das investigações sem interferir nas atribuições dos demais Poderes. “Nós estamos aqui para acompanhar esses assuntos e colocar a Câmara à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que sejam necessários sobre investigações que tramitam no Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

O congressista reiterou que a Casa não atua para proteger práticas irregulares, afirmando que esse tipo de situação gera desconforto no ambiente político. “A Câmara dos Deputados não tem compromisso em estar protegendo aquilo que não é correto. Essa não é a função da Casa... Ninguém fica feliz quando um colega é alvo de ação judicial”, destacou. “Mas o Poder Judiciário precisa cumprir o seu papel.”

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



Motta: “Se há suspeita, que se investigue. Se há culpa, que se puna”